

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO – PR

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (Art. 1º)

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO E MANDATO (Arts. 2º a 4º)

CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS (Art. 5º)

CAPÍTULO IV – DO PRESIDENTE (Art. 6º)

CAPÍTULO V – DOS MEMBROS (Arts. 7º a 9º)

CAPÍTULO VI – DAS REUNIÕES (Arts. 10 a 14)

CAPÍTULO VII – DA SECRETARIA (Art. 15)

CAPÍTULO VIII – DA ORDEM DOS TRABALHOS E DISCUSSÕES (Arts. 16 a 19)

CAPÍTULO IX – DAS ATAS (Art. 20)

CAPÍTULO X – DA REMUNERAÇÃO (Arts. 21 a 22)

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Arts. 23 a 25)



CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente Regimento Interno regulamenta a organização, as competências e o funcionamento do Conselho Deliberativo do FUNPREV, órgão colegiado superior de deliberação do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos Servidores Municipais de Turvo, em conformidade com o Estatuto aprovado em 28 de janeiro de 2025.

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 2º - O Conselho Deliberativo é composto por 07 (sete) membros titulares e igual número de suplentes, conforme o Estatuto do FUNPREV, sendo:

I - 02 (dois) representantes do Poder Executivo;

II - 03 (três) representantes dos servidores ativos, eleitos em assembleia;

III - 01 (um) representante dos inativos, eleito em assembleia;

IV - 01 (um) representante da Câmara Municipal.

Art. 3º - Os membros terão mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução, e serão nomeados pelo Prefeito Municipal, conforme Estatuto.

Art. 4º - A perda do mandato observará as hipóteses previstas no Estatuto e neste Regimento, mediante processo que assegure contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º - Compete ao Conselho Deliberativo, além das atribuições previstas no Estatuto:

I - Elaborar, aprovar e alterar este Regimento Interno;

II - Deliberar sobre matérias de natureza atuarial, contábil, financeira e administrativa relacionadas ao RPPS;

III - Apreçar e aprovar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do Plano de Ação Anual e do Planejamento Estratégico;

V - Autorizar auditorias internas e externas;

VI - Deliberar sobre recursos interpostos contra atos da Diretoria Executiva;

VII - Zelar pelo equilíbrio financeiro e atuarial do FUNPREV;

VIII - Manifestar-se sobre propostas de alteração do Estatuto;

IX - Garantir a observância do Código de Ética e Conduta Profissional.

CAPÍTULO IV – DO PRESIDENTE

Art. 6º - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo:

- I - Convocar, instalar e presidir as reuniões;
- II - Dirigir e coordenar os trabalhos do Conselho;
- III - Encaminhar matérias para apreciação e votação;
- IV - Proclamar os resultados das votações;
- V - Representar o Conselho em atos oficiais;
- VI - Convocar suplentes em caso de ausência ou vacância;
- VII - Executar outras atribuições previstas no Estatuto e neste Regimento.

CAPÍTULO V – DOS MEMBROS

Art. 7º - São deveres dos Conselheiros:

- I - Participar das reuniões, discutir e votar as matérias submetidas;
- II - Propor assuntos de interesse do FUNPREV;
- III - Obedecer ao Estatuto e ao Regimento Interno;
- IV - Manter conduta ética e acatar decisões do colegiado;
- V - Justificar suas ausências, nos termos deste Regimento.

§ 1º As ausências deverão ser justificadas até o início da reunião, sendo que após este prazo, somente serão aceitas mediante atestado médico ou outro documento com fé pública.

Art. 8º - É vedado aos Conselheiros agir individualmente em nome do Conselho, salvo por delegação expressa.

Art. 9º - O direito ao voto no Conselho Deliberativo destina-se aos interesses do FUNPREV, sendo que os votos vencidos divergentes à aprovação de propostas deverão ser fundamentados e formalizados por escrito, e anexados à respectiva ata de reunião.

CAPÍTULO VI – DAS REUNIÕES

Art. 10 - O Conselho reunir-se-á:

- I - Ordinariamente, uma vez por mês;

II - Extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por 1/3 de seus membros.

§ 1º Serão convocados os membros titulares e suplentes, sendo que estes somente terão direito a voz, sem voto, exceto quando substituindo o titular.

§ 2º A convocação poderá ser realizada por e-mail ou aplicativo de mensagem, sem necessidade de confirmação do seu recebimento.

Art. 11 - O quórum mínimo de instalação será de 05 (cinco) membros. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

§ 1º Caso não haja quórum no horário determinado para o início da reunião, o Presidente deverá aguardar 15 (quinze) minutos, após o que deverá declarar suspensa a reunião, reagendando imediatamente nova data.

§ 2º O Presidente do Conselho poderá decidir assuntos urgentes "ad referendum" do Colegiado.

Art. 12 - As reuniões poderão ser presenciais ou virtuais, desde que assegurada a participação e registro dos votos.

§ 1º As reuniões poderão ser realizadas de forma on-line, em qualquer plataforma digital de fácil acesso.

Art. 13 - As reuniões terão duração máxima de duas horas, exceto nos casos em que, a critério da maioria dos conselheiros, haja necessidade de prorrogação.

Art. 14 - O Presidente do Conselho poderá convidar terceiros, vinculados ou não à entidade, para participar das reuniões, sempre que conveniente ao encaminhamento de determinadas matérias.

§ 1º A participação de convidados de membros do Conselho deverá ser precedida de solicitação formal prévia de 01 (um) dia útil, informando o nome do convidado, cargo ou profissão, objetivo e justificativa para a participação, que ficará condicionada à deliberação do Presidente do Conselho a qual poderá ser revista pelo colegiado na reunião.

CAPÍTULO VII – DA SECRETARIA

Art. 15 - A secretaria do Conselho será exercida por servidor designado, cabendo-lhe:

I - Preparar pautas e expedir convocações;

II - Secretariar as reuniões e lavrar as atas;

III - Controlar a frequência dos membros;

IV - Arquivar e disponibilizar documentos e deliberações.

CAPÍTULO VIII – DA ORDEM DOS TRABALHOS E DISCUSSÕES

Art. 16 - A ordem dos trabalhos nas reuniões será:

I - Abertura da sessão;

II - Leitura, discussão e aprovação da ata anterior;

III - Expediente e comunicações;

IV - Ordem do dia (apresentação, discussão e votação das matérias);

V - Encerramento.

Art. 17 - As matérias apresentadas, durante a ordem do dia, serão analisadas, apreciadas, discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.

§ 1º Por deliberação do plenário, matéria apresentada em uma reunião poderá ser reanalisada, rediscutida e votada na reunião seguinte, quando houver necessidade de maiores esclarecimentos e comprovação por parte da Diretoria Executiva do Instituto.

Art. 18 - Durante as discussões, qualquer membro do Conselho poderá levantar questões de ordem que serão resolvidas de acordo com este regimento ou com normas expedidas pelo Presidente do Conselho.

Art. 19 - Encerrada a discussão, poderá ser concedida a palavra a cada membro do Conselho, pelo prazo máximo de 03 (três) minutos, para encaminhamento do parecer a ser proferido.

CAPÍTULO IX – DAS ATAS

Art. 20 - As sessões serão registradas em atas, que deverão conter:

I - Data, local e horário da reunião;

II - Nome dos presentes e ausentes;

III - Matérias discutidas e deliberações;

IV - Votos divergentes, quando houver.

§ 1º As atas serão lavradas, aprovadas e assinadas, sendo que a fundamentação de eventuais votos divergentes deverá ser apresentada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

§ 2º A ata de reunião realizada por videoconferência será lavrada pelo Secretário do Conselho e submetida à aprovação após sua leitura, no início da primeira reunião subsequente.

§ 3º Os Conselheiros terão prazo de 15 dias úteis para procederem com a assinatura da ata aprovada nos termos do §2º, mediante comparecimento à sede do FUNPREV ou por meio de assinatura digital.

§ 4º As atas serão publicadas no Portal da Transparência.

§ 5º As atas de reuniões virtuais terão o mesmo valor jurídico que as presenciais.

CAPÍTULO X – DA REMUNERAÇÃO

Art. 21 - A participação no Conselho será remunerada por meio de gratificação (jeton), nos termos da legislação vigente, sendo devida apenas em caso de presença comprovada em reuniões ordinárias.

§ 1º Farão jus à percepção da jeton os membros suplentes do Conselho Deliberativo, que atuarem em substituição aos membros titulares, nas reuniões ordinárias em que estes não puderem comparecer.

§ 2º As reuniões extraordinárias não concedem direito à percepção da jeton.

§ 3º Os valores percebidos a título do disposto no caput deste artigo não integram os vencimentos dos servidores para nenhum efeito.

Art. 22 - O não cumprimento das exigências do Art. 23 deste Regimento Interno impede o recebimento da jeton até a regularização, pelo Conselheiro, em prazo de 03 reuniões ordinárias.

Parágrafo Único. Caso não haja regularização no prazo do caput, em caso de recebimento indevido da jeton, o Conselheiro deverá restituir o FUNPREV, em prazo de 10 dias úteis, após a devida notificação.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 - Para o exercício de mandato de membro do Conselho Deliberativo, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

I – Não terem sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

II – Não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público;

III – Comprovar, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a sua posse, aprovação em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, bem como habilitação e certificados, nos termos definidos em parâmetros gerais pelo Órgão Regulador e Fiscalizador Federal, sobremaneira a Portaria do MPT nº 1.467/2022 ou outra que vier a suceder.

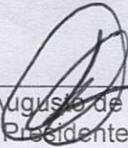
IV. No caso de substituição do membro titular, após decorrido o prazo máximo para comprovação da certificação, o substituto deverá possuir a certificação como condição para sua posse.

Parágrafo Único. O não cumprimento das exigências dos incisos I a IV deste artigo importará na perda do mandato o membro do Conselho Deliberativo e do não pagamento das respectivas jetons ou na devolução ao erário das jetons eventualmente recebidas.

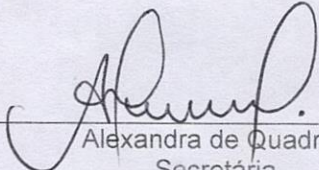
Art. 24 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo, observadas as disposições do Estatuto e da legislação.

Art. 25 - Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

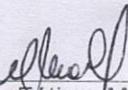
Turvo, 24 de novembro de 2025.



Diogo Augusto de Oliveira
Presidente




Alexandra de Quadros
Secretária

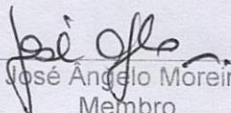


Cléia de Fátima Moteka Batista
Membro

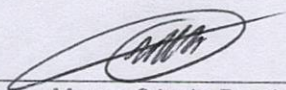
Cleverson Batista
Membro



Emiliano Ferreira Camargo
Membro



José Angelo Moreira
Membro



Mauro Sérgio Baptista
Membro